



# DIÁRIO

## da Assembleia Nacional

XI LEGISLATURA (2018-2022)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

### REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE 6 DE MARÇO DE 2020

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Delfim Neves

**Vice-Presidentes:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. Guilherme Octaviano  
Levy Nazaré

#### SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 15 minutos.

O Comissão Permanente procedeu à auscultação do Sr. Ministro da Saúde (Edgar Neves), quanto às medidas de prevenção à entrada do coronavírus no País. Intervieram, além dos Srs. Ministros da Saúde (Edgar Neves) e da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares (Wando Castro), os Srs. Deputados Danilson Cotú

(PCD/MDFM-UDD), Abnildo d'Oliveira (ADI), Idalécio Quaresma (ADI), Arlindo Ramos (ADI), José António Miguel (ADI), Domingos Boa Morte (ADI), Celmira Sacramento (ADI), Danilo Santos (MLSTP/PSD), Amaro Couto (MLSTP/PSD), Arlindo Santos (ADI), e a Directora dos Cuidados de Saúde (Feliciano Sousa Pontes).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 12 horas 10 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 10 horas e 15 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

Acção Democrática Independente (ADI):

**Abnildo** do Nascimento **d'Oliveira**

**Arlindo Ramos**

**Celmira** de Almeida **Sacramento**

**Domingos** José da Trindade **Boa Morte**

**Idalécio** Augusto **Quaresma**

**José António** Miguel

**Levy** do Espírito Santo **Nazaré**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

**Amaro** Pereira de **Couto**

**Américo** Cravid Pereira **Pinto**

**Danilo** Neves dos **Santos**

**Deolindo da Mata**

**Cílcio** Sodjy da Vera Cruz Bandeira Pires dos **Santos**

**Guilherme Octaviano**

Coligação PCD/MDFM-UDD:

**Danilson** Alcântara Fernandes **Cotú**

**Delfim** Santiago das **Neves**

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, nós agendamos este encontro, nos termos do artigo 54.º do Regimento da Assembleia Nacional. Durante o período de férias parlamentares, a Comissão Permanente substitui a plenária para os encontros que entender. Foi neste quadro que sugerimos esta reunião, para dois assuntos em concretos. Portanto, temos o primeiro, que tem a ver com as informações sobre as condições que estão a ser criadas para a prevenção do coronavírus, tendo em conta que felizmente não podemos ainda falar de contenção, porque pelo que se saiba ainda não há qualquer registo de caso desses em São Tomé e Príncipe, graças a Deus.

Num segundo encontro, teremos também a auscultação do Sr. Ministro do Plano e Finanças e Economia Azul, para nos esclarecer sobre a decisão do Conselho de Ministros em suspender a implementação da Lei do IVA.

São esses dois pontos que estão agendados, gostaria de saber se todos os Deputados receberam a agenda e se podemos aprovar.

**Vozes**: — *Sim.*

O Sr. **Presidente**: — Podemos, portanto, aprovar.

Sugerimos para cada um desses dois encontros um período de uma hora e meia, em que o Ministro pode fazer-se acompanhar dos técnicos que entender e, neste quadro, também têm direito a palavra.

Não sendo um assunto que merece qualquer confidencialidade, aliás, estamos na plenária em miniatura, podemos iniciar com a presença dos técnicos da Comunicação Social na sala, até porque as reuniões plenárias são públicas, e podem assistir. Depois de colherem imagens, podem ficar ao fundo da sala, se assim entenderem.

Sem mais delongas, passaria a palavra ao Sr. Deputado promotor da iniciativa, Danilson Cotú, para fazer a introdução. Em seguida, o Sr. Ministro usará da palavra, para responder às questões e esclarecer os assuntos que forem levantados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Muito obrigado Sr. Presidente, bom dia Sra. Deputada, Srs. Deputados, Srs. Ministros, Sra. Diretora, Chefe de Departamento, Técnicos.

Sr. Presidente, na verdade, o que norteou esta iniciativa da parte da Coligação PCD/MDFM-UDD é o facto de o mundo estar, neste momento, a enfrentar a epidemia da Covid-19, mais conhecida por coronavírus, que tem deixado todo o mundo de plantão.

Nós, em São Tomé e Príncipe, não estamos fora deste globo, somos parte e como parte não temos barreiras que possam nos defender dos males que circundam noutros países.

Por falta de informação, entendemos convocar o Executivo, para que possa nos brindar com informações sobre o que São Tomé e Príncipe tem estado a fazer, no sentido de preparar para uma eventual, aí faço como os brasileiros, isolado...

*Entretanto, o Sr. Deputado bateu três vezes na mesa.*

...presença de algum caso no país.

Como é que estamos preparados? Contamos com que recursos? Como é que o Ministério está organizado?

Esses elementos todos que, no fundo, são imprescindíveis para a nossa informação e, através de nós, os ossos concidadãos.

Grosso modo, é esta a nossa preocupação e, deste já, agradecemos a Comissão Permanente, por ter aceite, desde o momento em que propusemos esta iniciativa.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Saúde.

O Sr. **Ministro da Saúde** (Edgar Neves): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Vice-Presidentes, antes de mais, gostaria de saber quanto tempo me é reservado. Posso falar durante uma hora ou uma hora e meia?

O Sr. **Presidente**: — Meia hora.

O Sr. **Ministro da Saúde**: — Obrigado, Sr. Presidente.

Eu tenho dito sempre que é com muito gosto que volto a esta Casa, de que tenho saudades pela positiva, onde passei cerca de 16 anos ocupando diferentes postos.

O Parlamento aqui representado pela Comissão Permanente, sem dúvidas, é o palco ideal, entre outros, para nós prestarmos, e é a nossa obrigação, os devidos esclarecimentos e receber contribuições.

Eu tenho dito que temos agora um adversário e conseguimos juntar os partidos todos para a mesma fonte de luta. Não vê partidos, religião e cores, estamos todo um sinal de igualdade.

Posto isto, quero apresentar a minha equipa aqui. A Dra. Feliciana Pontes, que é a Directora dos Cuidados de Saúde, que tem o pelouro de comandar esta área, pois cai na sua Direção, que é a principal Direção do Ministério de Saúde, e a Dra. Andresa Batista de Sousa, que chefia o Departamento de Vigilância Epidemiológica, uma estrutura extremamente importante nessas situações.

Eu quero dividir a minha exposição em três partes: um pequeno espaço para história, outro sobre as medidas tomadas na componente promoção e prevenção, estender isto posteriormente, para a fase curativa, passando naturalmente pelo plano de contingência que já foi aprovado.

O coronavírus já existe há muitos séculos. A Covid-19 é uma gripe extremamente agressiva, no sentido de que atinge as partes mais baixas do aparelho respiratório, conduzindo a pneumonias, sobretudo em pessoas com alguma dificuldade imune-depressiva ou com outros antecedentes, ou o factor idade também pode conduzir, como tem conduzido infelizmente, a morte.

Desde o momento que a Organização Mundial de Saúde declarou o estado de emergência em relação a epidemia, sob a nossa coordenação, mas sempre com a Organização Mundial da Saúde ao nosso lado, fizemos, numa primeira etapa, sair um comunicado, espelhando também as medidas básicas, naquela altura, porque estamos num processo extremamente dinâmico, porque era verde ontem e hoje é amarelo, e assim sucessivamente. Essas medidas continuam a ser de extrema importância. Parecem ser as mais simples, são as menos exuberantes, sobretudo para a comunicação social, mas são muito importantes.

De seguida, como o epicentro da epidemia era a Cidade de *Wuhan*, República Popular da China, e porque temos também os nossos concidadãos na China e em particular na Província de *Hubei*, na Cidade de *Wuhan*, conjuntamente fizemos uma comunicação junto à imprensa, o Embaixador da China em São Tomé e eu. No fundo, foi uma mensagem de reforço, na tentativa de tranquilizar a população e muito em particular os familiares, os pais e encarregados de educação desses estudantes. É uma medida específica.

Imediatamente a seguir, naturalmente, tinha que fazer o mesmo exercício com a Organização Mundial de Saúde, manifestando a mesma preocupação, se calhar num tom de maior preocupação, porque a epidemia estava a alastrar-se de forma descontrolada.

Houve também um exercício não menos importante com os pais e encarregados de educação, os familiares dos estudantes, porque havia uma pressão no sentido de sair da cidade de *Wuhan* e vir para São Tomé e Príncipe. E fomos passando sempre a mensagem de que, tecnicamente, era um desastre, era um erro. Era preferível estar em regime de quarentena lá, porque estaríamos a transportar precisamente a doença para cá, não tendo cá todas as condições criadas para receber casos suspeitos. Depois teriam que ser bem seguidos, para passar de provável a confirmado.

Enquanto se desenvolvia isso, fomos retomando a nossa preparação interna, tendo um contacto cauteloso com a comunicação social, evitando passar uma mensagem que levasse ao pânico, mas mensagem de tranquilidade, de segurança e de que as medidas estavam a ser feitas. Entre as medidas,

que depois as Diretoras aqui vão complementar seguramente, a lavagem de mãos, manter o distanciamento e todo um conjunto de pormenores de ordem técnicas, que são comuns a qualquer estado gripal.

As portas de entrada são extremamente importantes. Os aeroportos sobretudo, os portos também, são portas de entrada. Temos que começar a preparar condições para receber as pessoas. Aí o Departamento de Vigilância Epidemiológica joga um papel importante, onde se redobraram as equipas de vigilância, que têm o primeiro contacto com os passageiros.

Foram feitas também formações de actualização, em termos de forma de actuação. Refrescamento de ponto de vista teórico, quer ao nível da equipa de vigilância, quer a parte curativa, ou seja, a classe médica e de enfermagem, em que fizemos sessões para que todos fossemos actualizados, do ponto de vista técnico, sobre o que é o vírus e o seu comportamento.

É importante dizer que tudo isto não se desenvolve de um dia para outro. Vai-se fazendo ao maior ritmo possível, de acordo as nossas capacidades.

Vimos países desenvolvidos que se viram a braços, e era impensável que não tivessem algumas condições criadas. Portanto, nós com muito mais razão...

Desculpe, Sr. Presidente, isso é muito urgente, tem a ver com saídas de doentes.

*Pausa para o Sr. Ministro assinar documentos.*

...para a colocação de meios que pudessem levar a maior higienização individual e colectiva, colocação de lavatórios, dispensadores com material para lavagem das mãos, colocação de uma tenda, que é o primeiro lugar em situação de um caso suspeito, onde ele deve ficar. Automaticamente, quando se pensa em lugar onde se deve ficar, deve saber-se também para onde é que o doente vai. Aí depois eu falarei de isolamento e de quarentena. Essas condições estão praticamente criadas, onde faremos mais uma visita quase que oficial a esses locais e se calhar passaremos também já com imagens para que as pessoas saibam o que existe.

Isto não tem a ver com classes. Quer os passageiros da sala vipe quer os passageiros comuns estão todos sujeitos às mesmas regras. Todos os cidadãos, neste momento, estão sob o mesmo patamar.

Pensa-se no isolamento no hospital, onde também iremos fazer a visita, para verificar no terreno como estão as coisas, ainda hoje, como um espaço reservado, única e exclusivamente. Os pormenores técnicos, depois a minha Directora poderá dar.

Estou a fazer uma apresentação mais geral, isso é, para o isolamento.

Para a quarentena, seria no Posto de Saúde de Madre Deus, onde as equipas já estiveram lá, onde viram as condições, foram aprovadas, depois é preciso montar tudo, sempre com a OMS ao lado.

Outro aspecto que nós fizemos também foi o reforço, em termos de materiais de protecção individual, para os profissionais e para eventuais caso suspeitos. Devo dizer que temos muitos materiais que vão chegar amanhã e continuarão a vir, à medida que formos precisando.

Dizer que estávamos devidamente preparados para uma situação dessas, não! Fizemos um exercício de preparação muito importante, por acaso, no ano passado, que não se fazia há anos. Foi actualização, e com exercícios demorados de meses, com consultores externos.

É preciso dizer que, para este cenário, o Ministério da Saúde pode aparecer à frente, mas é transversal, entra quase todas as estruturas do País. A título de exemplo, o próprio Conselho Nacional de Prevenção e Resposta às Catástrofe (COMPREC), o Ministério de Negócios Estrangeiros e Comunidades, o Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Família, as Forças Armadas, a Polícia Nacional, a Protecção Civil e Bombeiros, e outras. Portanto, é uma fonte ampla e durante meses a trabalhar nisto, actualizou-se um regulamento sanitário internacional, que é uma ferramenta extremamente importante, que nos orienta nas grandes medidas, em caso de epidemia. A OMS, há uns 6 meses, tinha declarado a situação de alerta importante para a Ébola e obrigou-nos a aumentar os nossos níveis de vigilâncias. Infelizmente não temos a cultura de preparação prévia. Estamos convencidos de que daqui para frente vamos ter que manter os níveis de vigilâncias sempre apostos. Não é quando acontece o incêndio é que vamos à procura de água. Temos que ter água antes. Nós tínhamos materiais aquando de Ébola, em 2014, baixou-se o nível, baixávamos as guardas, parece-me que ninguém mais se lembrou. Inclusivamente muitos materiais acabaram por estar fora do prazo.

Termómetros e infravermelhos, tínhamos aqui muitos, ninguém mais se lembrou, os termómetros ficaram com pilhas dentro, quando se foi à procura, já não funcionam. Tudo isso obrigou-nos a jogar em contrarrelógios, para ter os termómetros, para ter isto e aquilo.

Neste exercício, tínhamos que preparar o plano de contingência, que é o instrumento fundamental, e que faremos chegar a todas as entidades. plano de contingência da epidemia de coronavírus. Este Plano, para além de ser orientador, tem a parte financeira, o orçamento. Para os próximos 6 meses, está orçamentado cerca 1 200 milhões de. Isso quer dizer que, daqui para a frente, depois deste investimento, manter esses níveis, a guarda nunca poderá baixar. Este plano de contingência foi já validado pelo Governo e permitiu que perante este cenário, sob proposta do Ministro da Saúde, o Ministro das Finanças colocasse de imediato o montante de 500 000 dólares, para fazermos face à primeira fase. É importante este gesto, é quase que obrigatório. É muito mau quando nos limitamos a pedir, pedir, pedir e não fazemos nenhum gesto. Os parceiros todos estão informados disto, portanto, todo o sistema das Nações Unidas e do Fundo Global.

Recebemos uma nota, anteontem, do Banco Mundial e do FMI, uma série de parceiros nossos que vão seguramente apoiar-nos de forma financeira e de outras modalidades, porque sentiram que há uma determinação do Estado são-tomense. Não é uma questão do Governo, é do Estado, em abraçar e não ficar acomodado à espera que as coisas venham. Isso permite-nos fazer obras, reequipar os nossos laboratórios, melhorar o esquema de comunicação, reforçar toda a capacidade da nossa Imagiologia, passa pelo aparelho respiratório, tudo que é RX. Os meios de diagnóstico por imagem têm que estar melhorados. A central de oxigénio não pode falhar, os meios de transportes, todo um conjunto que este balão de oxigénio permite fazer pode ser bastante útil.

Fizemo-lo o mais recentemente, como a evolução da epidemia começou a aproximar-se do nosso continente, primeiro na Europa, o caso da Itália, hoje França, Espanha, temos uma situação que nos leva a reunir hoje, manhã ou no fim-de-semana, que temos que seguir muito de perto, que é Portugal. Houve um encontro e havia ou não a necessidade de aumentar as restrições, as barreiras. Foi nesse sentido que eu, a Ministra dos Negócios Estrangeiros e a Representante da OMS encontramos com todo o corpo diplomático e todas as organizações ligadas ao sistema das Nações Unidas, da mesma forma como estamos a fazer em relação aos Srs. Deputados, porque eles têm que passar a mensagem aos seus países, se os cidadãos dos seus países podem vir, se não.

Houve aqui um pormenor, na entrevista que tinha dado, falei das restrições das fronteiras a alguns países, não podia ser sem ter que passar pelo Conselho Ministros. Era uma hipótese, é o que podia vir a dar e pode vir a acontecer.

O Conselho de Ministros, reunido na última sessão, deliberou no sentido de não fechar as fronteiras, porque se for o caso poderia ser para nós um suicídio, na medida em que, não tendo meios diagnóstico cá, como é que enviaríamos as amostras, em casos suspeitos? Estaríamos a suicidar-nos. Os laboratórios de referências para a região africana estão em Senegal e na África do Sul e já há um caso confirmado, esta madrugada, na África do Sul. Em casos de alguns países africanos, os números estão a aumentar. Em Cabo Verde, o caso suspeito não foi confirmado.

Então, desaconselhar a vinda de cidadãos desses países. Não é impedimento, mas «desaconselhamos veementemente», foi este o termo utilizado. Aos chegarem, já sabem que terão que ser submetidos às regras, como manda a vigilância epidemiológica.

Aos cidadãos são-tomenses, os que dependem da função pública, em missões de serviços, suspender completamente. Aí o Governo tem mecanismo para impedir.

Iremos passar a mensagem de colaboração de outros órgãos de soberania da estrutura, nesta tomada de posição de apoio. Ou fechamos tudo, ou não vale a pena.

Levantou-se outra questão ligada a um grupo, relativamente grande, que tem programa de fazer uma peregrinação. Tem que passar por alguns países, com entrada Portugal, Espanha, França e Itália. É privado e cada um pode perfeitamente, mas estarão sujeitos, no regresso, medidas restritivas bastante fortes. O problema que se levanta, não é amentar mais medidas de controlo interno, é evitar que isso aconteça. A mensagem que temos passado é de que permitir esta peregrinação é deitar por terra tudo aquilo que estamos a fazer. Estamos a ir, com os nossos próprios pés, buscar a doença e trazer para aqui. Fomos aconselhados, por várias pessoas, alguns deputados, todos nós estamos preocupados com a situação. Como impedir esta saída? São cerca de 50 pessoas, que não vão estar confinados a um lugar estável, vão estar em contactos com milhares de pessoas vindos de todas as partes. Isto é um acto de loucura total! Eu fiquei com a incumbência de fazer todas as diligências, ontem e ainda esta manhã cedo, com a igreja, com os organizadores, foi por isso que me atrasei, peço desculpa. Estava reunido com a OMS e também com o Padre João Ceita, da Sé Catedral, que está a substituir o Sr. Bispo, que me passou uma mensagem que nos deixa um pouco mais tranquilo, porque que decidiram cancelar a peregrinação.

Para não estender muito mais, medidas curativas. O coronavírus, como é um quadro viral, as medidas são aquelas básicas que podem evoluir para os casos de complicação, sobretudo de foro respiratórios, com a introdução de antibióticos e todas as medidas de hidratação que estamos a reforçar. Não posso dizer que tenhamos, estaríamos a mentir, todas as condições criadas. Vamos criando e fazendo, sempre pensando na hipótese de que pode entrar. O pior seria dizer que não vai entrar, isto é impossível. Nós temos que pensar no pior cenário. Como dizia Amílcar Cabral, «esperar o melhor e preparar-se para o pior».

Vamos auscultando as pessoas, temos que intensificar as nossas mensagens junto à Rádio e Televisão, também estão a ser elaborados, não sei se já estão afixados, cartazes, desdobráveis, panfletos, todas as armas possíveis para aconselhar as pessoas. O mesmo exercício vai ser estendido às escolas, com o Ministério da Educação, que é um sector extremamente importante, e outros também junto ao Ministério da Defesa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos uma questão importante, informações confirmadas, de que há voos que partem da Região Africana e entram diretamente para a Região Autónoma do Príncipe. Estamos com portas abertas e temos que tomar medidas. Conversei ontem com o Sr. Presidente do Governo Regional, mas não pode ficar só pelas conversas. Temos que nos deslocar e, em princípio, na próxima semana, uma equipa da Saúde vai à Região Autónoma, para passar a mensagem, verificar como é que está a preparação lá. Vai também uma especialista em Infeciologia, para dar formação aos nossos profissionais que lá estão, de maneira que as medidas sejam uniformes.

Creio que falta sair o decreto que cria o Comité de Contingência, parecido com o COMPREC, que deve acompanhar, em que entram várias estruturas, naturalmente presidida pelo Ministro da Saúde e com a Vice-

Presidência do Secretário para Assuntos Sociais da Região Autónoma do Príncipe, e depois entram outras estruturas.

O exercício de conversar e ouvir pessoas é importantíssimo. Temos recebido conselhos, orientações, críticas, perfeitamente estamos preparados para isso, a grande parte não é positiva. Apelamos também às pessoas que se guiem, por favor, não pelos sabedores. Eu chamo sabedores aos que sabem tudo e têm soluções para tudo, as redes sociais, mas pelas informações oficiais canalizadas por nós, sempre em coordenação com a OMS.

Portanto, atingi a minha hora.

Nós vamos ter que nos sentar todos, para ver a questão de Portugal. O número de casos positivos está a aumentar, e neste momento Portugal começa a ser, para nós, o maior perigo. Nós temos os voos directos de Portugal para cá, muita gente se movimenta daqui para lá, e isto é um verdadeiro quebra-cabeça. Sob a orientação da OMS, teremos que, nos próximos dias, se calhar, redefinir a nossa postura.

Como eu dizia, isto é muito dinâmico e pode mudar de um momento para outro, mas diariamente temos que ter acompanhamento de todos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, acho ter tocado em quase tudo, há uma questão, por acaso um dos Srs. Deputados que nos alertou para isto, não nos lembrámos exatamente que medidas tomar. Passam por cá cruzeiros e ninguém tocou nas medidas restritivas que têm que ser tomadas de urgências, para não permitir sequer a aproximação aqui nas nossas águas. Os Estados Unidos estão com problema complicado, devido a um Cruzeiro.

Sr. Presidente, eu dizia, as medidas de biossegurança para o transporte das amostras estão garantidas, porque não basta pegar as amostras e levar. Os próprios transportadores exigem condições para tal e temos apoios da OMS, para fazer chegar, em caso de um caso suspeito, desculpe, o Sr. Presidente tem os seus conceitos próprio, casos confirmados, casos suspeitos, que vamos mudando também em função da evolução da epidemia. Eu dizia, estão em vista dois pontos, um em Senegal e outro na África do Sul.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro.

A Sra. Directora quer usar da palavra, para complementar?

A Sra. **Directora dos Cuidados de Saúde** (Feliciana Pontes): — Não. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então, já ouvimos, em linhas gerais, as explicações do Sr. Ministro.

Se houver mais questões, estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI):— Obrigado, Sr. Presidente.

Seguimos atentamente a intervenção de Sua Excelência o Sr. Ministro, que explanou, em termos gerais, aquilo que o Ministério está a fazer e a preocupação sobre esta situação do coronavírus.

Não tenho grandes constatações a fazer, mas algumas perguntas ao Sr. Ministro. São Tomé tem condições, em termos laboratoriais, para fazer testes de despistagem? É que na sua explanação não ficou esclarecido. Qual seria esse laboratório?

Falou da vinda de materiais brevemente. Em que consiste esses materiais, em termos específicos e como é que será feito isso? É através de donativos ou compra pelo País?

O Sr. Ministro falou e nós também temos essa preocupação quanto ao encerramento da fronteira. Disse que o Conselho de Ministros teve outro posicionamento, mas o grande público não tem esta comunicação devidamente esclarecida.

Fico por aqui.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados: A minha preocupação reside fundamentalmente na escolha do Centro de Saúde de Madre Deus, para ser possivelmente o centro de acolhimento das pessoas que possam a vir ser infectadas. A minha pergunta vai no sentido de quais foram as condições técnicas que ditaram esse destino, tendo em conta que sabemos que aquela zona é densamente populacional e não sei se há condições? Pode ser que exista.

Eu não vejo aquele Centro como as condições ideais para ter que acolher pessoas, tendo em conta que é uma doença de foro respiratório. Sei que há países inclusive que têm salas próprias, onde a pressão é negativa para impedir o contacto do ar interno no quadro externo. Portanto, não sei qual é a razão, pode ser que haja outras razões técnicas.

A questão do teste também, já levantou o meu Líder Parlamentar, o tempo que leva para testar. Durante esse tempo que vamos levar, teremos as pessoas em quarentena? Portanto, são 14 dias, no mínimo, que estão previstos e não sei qual é o tempo que leva para se fazer um teste em Camarões...

A Sra. **Directora dos Cuidados de Saúde** (Feliciana Pontes):— Não, Senegal ou África do Sul.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): —... Senegal e África do Sul. E temos alguma via garantida que nos possa garantir essa transmissão?

Muito obrigado, Sr. Presidente, fico por aqui neste momento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados Sr. Ministro, Srs. Vice-Presidentes, Sra. Directora, Sra. Chefe de Departamento, bom dia.

Na minha primeira intervenção, gostaria de agradecer aqui as medidas que estão a ser tomadas, em relação à prevenção sobre o coronavírus, mas gostaria antes de dizer que, em Fevereiro, na última sessão parlamentar, eu havia manifestado essa preocupação, das fracas medidas que estavam a ser tomadas, naquela altura, principalmente no aeroporto e porto. Na altura, o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentar havia dado garantia de que esse controlo estava a ser feito, mas hoje tenho uma apreciação contrária daquilo que eu percebi em Fevereiro. Notei que foram reforçadas as medidas, hoje são mais, de garantia de controlo, mas continuo a ter alguma preocupação.

O Sr. Ministro falou de cruzeiros, mas a afluência que temos hoje no nosso porto é mais dos navios mercantes, que são oriundos de vários portos. O primeiro contacto é feito com as autoridades nacionais, autoridades que estão autorizadas a deslocar-se ao bordo. Não sei quais são as medidas que estão a ser tomadas nesse sentido. Por isso, eu aconselho que também, nesses campos, sejam reforçadas as medidas, porque são navios que têm indivíduos de diversas nacionalidades. Muitas vezes também são navios que transportam gentes que não fazem parte da tripulação. Nós tivemos vários casos de navios que transportaram emigrantes ilegais e outros casos. Por isso, eu gostaria que também nesse campo fossem reforçadas as medidas de contenção.

Em relação à comunicação que se fez do fecho de fronteiras, levantou-me alguma dúvida, porque o próprio jornalista da RTP-África deu a entender que São Tomé e Príncipe fechou as fronteiras a esses países. Eu fiquei um bocado preocupado, por isso que aqui também gostaria de agradecer pelo esclarecimento, porque não se trata de fechar as fronteiras, mas trata-se das medidas de contenção e de cuidados que os passageiros oriundos desses países devem ter.

Dos países que eu ouvi, e aqui falou de Portugal, concretamente, é isso que eu gostaria de falar. Quando ouvi que no Senegal, até o momento, há um caso positivo, e a Nigéria parece-me cerca de 2, em Portugal, até ontem, havia 8 casos positivos, já está em 9, e não foram aplicadas essas medidas a Portugal, como França e a própria Espanha. Nós sabemos que na Espanha também os dados indicam para o crescimento da positividade desse vírus. Portanto, há que ter uma certa preocupação em relação a isso. Agora, nós também não podemos, neste momento, entrar numa onda de que tudo que é de países onde está o vírus não possa vir a São Tomé, porque ficaríamos totalmente isolados. O que eu aconselho é que, internamente, as medidas preventivas sejam reforçadas.

Eu agradeço também ao Sr. Ministro da Saúde, pelo plano de contingências, porque muitas vezes, quando aparecem essas questões de emergência, nós agimos de forma paliativa. Com um plano de contingência, conforme aquilo que disse, que já foi aprovado, indica-nos que realmente há uma certa preocupação por parte do Governo, em poder cuidar de nós, de forma mais garantida possível. Por isso que eu aqui saúdo por essa parte.

Por outro lado, falou-nos aqui da necessidade de suspensão das viagens para o exterior, e falou da peregrinação. Ao nível internacional, os maiores centros de peregrinação, como a Arabia Saudita, em Portugal, caso de Fátima, por exemplo, essas medidas de prevenção já foram tomadas. Por exemplo, na Arabia Saudita, suspendeu-se qualquer concentração de peregrinação para este ano. Em Meca, nós sabemos qual é o número.

Acho que o Governo não pode ter receio de impedir qualquer saída que possa provocar ou pôr em causa a própria saúde pública dessas pessoas. A peregrinação, para mim, neste momento, tem que ser estrita. Não pode haver viagens para a peregrinação, porque vão aí gente de todos os países do mundo. Por isso, acho que é preciso ter coragem para tomar esta medida, independentemente dos contactos que se tem que fazer, com a igreja e com as outras instituições.

Agora, em relação à situação na Região Autónoma do Príncipe, eu sinceramente acho que, neste momento, com a situação do coronavírus, parece-me que está alheio, não faz parte do mundo. Possivelmente, as pessoas podem estar a pensar que não vai acontecer no Príncipe, ninguém vai lá. Por aquilo que sabemos, há entrada directa de turistas na Região Autónoma do Príncipe. O controlo é feito em termos de migração, em termos documental, mas em termos de saúde, mesmo o mínimo que se faz aqui em São Tomé, no Príncipe não se faz. O mínimo que se faz aqui, quando há alguma epidemia. Alguma coisa que põe, para as pessoas limparem o pé, lavarem as mãos e não sei quê. É preciso ter muita atenção em relação à Região Autónoma do Príncipe, não só através de entradas por aeroporto, mas também por alguns navios que escalam o Príncipe, pequenas embarcações turísticas que muitas vezes escalam o Príncipe. Por isso, era bom que também visse essa questão.

Achei um pouco estranho haver essa iniciativa de o Ministro vir cá explicar, porque já tínhamos solicitado, já tínhamos falado disso, o Ministro dos Assuntos Parlamentares já tinha dado a garantia de que o Governo estava a trabalhar no assunto.

Fico por aqui, mas volto a agradecer pelas medidas que têm sido tomadas e espero que em alguns sectores elas sejam mais reforçadas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Vice-Presidentes, Srs. Deputados, Sr. Ministro e a equipa que o acompanha: A minha Intervenção é sobretudo para analisar uma questão. De facto, quando se trata de situações dessas, deve haver coordenação, mas dá-me a impressão de que não está a haver coordenação. O Sr. Ministro disse-nos que teve um encontro conjunto com a Ministra dos Negócios Estrangeiros e a Representante da OMS, em que depois desse encontro falou para a imprensa.

Como se diz em São Tomé, na nossa língua, «*o pé cu sá uê sá uê*» e essa informação foi muito longe de que de facto as fronteiras foram fechadas, ou que se aconselha a fechar as fronteiras. Tanto é que, de acordo com a comunicação, a Sra. Representante da OMS não estava muito de acordo com essa posição. Pelo menos foi essa informação que circulou. Depois o Conselho de Ministros diz-nos que desaconselhou a tomar essa medida tão extrema, tendo em conta a nossa realidade, não podemos fechar as fronteiras, a entrada de pessoas que vêm de países que de facto para nós são fundamentais.

Sabe que em São Tomé e Príncipe não temos como. Se fecharmos as fronteiras, teremos problemas graves. Por isso, eu acho que é uma questão de coordenação de facto, porque se deveria preparar, antes de fazer essa comunicação, porque foi essa de facto a comunicação que se passou. Se sairmos aqui desta sala e formos ouvir as pessoas lá fora, vão dizer que as fronteiras de São Tomé e Príncipe, neste momento, estão fechadas para Senegal e Nigéria. Quer dizer, pelo menos, é essa informação que está na rua. Por isso, há que se encontrar um mecanismo para fazer com que as pessoas se apercebam de facto que não é essa a última decisão, mas sim que a questão foi revista na reunião do Conselho de Ministros.

Outra questão também, já havia avançado o Deputado Idalécio Quaresma, tem a ver com o lugar que se escolheu para uma possível quarentena, para o isolamento de pessoas que provavelmente deverão estar infestadas, ou quando se confirmar casos, a unidade de Saúde de Madre Deus. É preciso voltarmos a ver esta questão, porque não sei se se encontra um outro lugar e se a equipa que está a coordenar essa acção poderá rever a decisão ou, no mínimo, criar melhores condições, porque sabem que lá não há condições. Não conheço lá dentro, mas olhando a situação, onde o centro de saúde está localizado, não sabemos se reúne as condições para o isolamento das pessoas de caso positivo.

Bom, de qualquer maneira, agradeço o Sr. Ministro por ter vindo, pois precisamos de mais informações, para podermos também, na comunicação com os nossos concidadãos, passar algumas informações que entendermos serem importantes.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Boa Morte.

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Sr. Presidente, quase que estava ultrapassado na minha intervenção, mas seja como for, vou ter que retorquir.

Julgo eu de que de facto tem que haver coordenação no seio do Governo, porque o que fez o meu amigo, o Sr. Ministro de Saúde, é muito grave. Convocar a OMS e os embaixadores todos, pôr dentro de uma sala, e passar uma mensagem de que há toda a necessidade de fechar as fronteiras, e mais tarde o Conselho de Ministros vir dizer que não é nada disso, eu entendo que houve uma falha. Significa que o Conselho de Ministros quase desautorizou o Ministro da Saúde. Eu entendo, como dizia o Sr. Deputado José António, que tem que haver coordenação, porque estamos a lidar com coisas sérias, e com coisas sérias não pode e não deve haver falta de coordenação no seio do Governo.

Como dizia, já estava quase para ultrapassar, mas tem que haver coordenação, porque isto é fundamental, porque essas pessoas não acreditam. Se o Ministro vai e passa uma informação, vem o Conselho de Ministros dizer que não é nada disso, então temos que ter muita precaução ao passar as mensagens.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Celmira Sacramento.

A Sra. **Celmira Sacramento** (ADI): — Sr. Presidente, antes de mais, eu gostaria de saudar o Sr. Ministro e a sua equipa e agradecer pelo momento de partilha de informação, momento de reflexão. É um caso que nos toca a todos, independentemente de chegar ou não a São Tomé. Esperemos que não chegue nunca, mas de alguma forma temos familiares espalhados pelo mundo fora e nesse mundo globalizado de hoje ninguém está fora disto.

Eu também me sinto um bocadinho ultrapassada, no que toca ao centro de saúde que escolheram para colocar os doentes já detectados com a doença, em quarentena, porque tratando-se de um vírus que nós sabemos que, pela forma rápida de transmissibilidade, deveria ser um lugar um pouco mais isolado da população. Para quem conhece o Centro de Saúde de Madre de Deus, sabe que aquilo está no meio de quintais das pessoas. Aquilo é um espaço onde, por qualquer descuido, pode acontecer situações que a gente não quer aqui dizer.

Com relação à testagem, pese embora haver um período um bocado dilatado, 14 a 15 dias de incubação, nós não temos laboratórios e sabemos que entre testar alguém e chegar ao resultado, pode



haver um desenvolvimento rápido da doença, e não sei se o Ministério da Saúde está preparado. Enquanto não chegar o resultado ou amostra, como é que fica o doente? Não sei também se há algum lugar público, em São Tomé, em que se possa adquirir os quites para prevenção, como mascarar e coisas assim. Alcool qualquer pessoa pode adquirir, mas por exemplo a máscara, não sei se se consegue por uma via pública, em São Tomé.

Sr. Ministro, falamos de São Tomé, tudo bem, quanto à prevenção da situação da doença, mas eu gostaria que partilhasse connosco a situação da China, concretamente os nossos estudantes, como é que estão? Os que estão a estudar, se têm ido já as aulas, como é que é? Porque pareceu que que China está esquecida e que se está mais a falar dos outros países passíveis de propagação da doença, mas na China como tal parece que já está mais ou menos controlada a doença.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD-MDFM-UDD): — Bom dia a todos, mais um a vez.

Sr. Presidente, primeiramente gostaria de saudar o Governo, por ter vindo cá partilhar as informações connosco, e faço-o também de uma forma muito particular, pelo facto de ter percebido, da intervenção do Sr. Ministro, que o Governo desbloqueou 500 000 dólares, para começar os trabalhos em relação à contenção ou aos trabalhos focados na questão do coronavírus, facto que merece reconhecimento da nossa parte, tendo em conta que sabemos as dificuldades e o que passa o nosso país, em termos financeiros. Ter desbloqueado 500 000 dólares é um gesto que não deve passar despercebido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao ouvir a intervenção de alguns colegas, percebi que realmente carecíamos de informações, de esclarecimentos. Eu andei a investigar algumas coisas e consegui perceber, por exemplo, a distinção entre o momento em que se fala de quarentena e o momento em que se fala do próprio isolamento. Dá a impressão que esse conceito não foi aqui muito bem entendido e seria bom que o Governo voltasse a clarificá-lo. Eu particularmente fiquei com a sensação de que a quarentena é para casos ou para pessoas que estiveram em locais de risco, mas não são pessoas necessariamente infectadas. O isolamento como tal é para outro aspecto. Fiquei com essa sensação, mas seria bom que o Governo nos clarificasse.

O que eu gostaria de dizer é que andava muito preocupado com a questão da peregrinação e saber que decidiram cancelar a peregrinação deixa-me muito aliviado. Muito aliviado mesmo. Só gostaria que tivéssemos cuidado, porque pode haver um ou outro camicase que querará furar a orientação do cancelamento, para fazer a sua ida. Assim, seria bom termos em atenção, para conter realmente a ida àqueles países, principalmente Itália e Espanha, em que as coisas não vão lá muito bem.

Por fim, Sr. Presidente, caso do Príncipe, não sei honestamente como é que isso se procede. Deputado Arlindo Ramos, por já ter sido ministro da defesa, não há nenhum mecanismo que podemos utilizar, no sentido de interditar temporariamente a entrada de voos directamente para a região Autónoma do Príncipe? Ou seja, as pessoas não estariam impedidas de irem ao Príncipe, mas teriam que necessariamente escalar São Tomé, onde essas condições já estão melhor ou mais organizadas. Seria um primeiro passo até o momento que se conseguir criar condições mais aceitáveis na Região Autónoma do Príncipe.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Não tendo mais inscritos, manifestaria apenas agradecimentos aos Srs. Deputados, pelas intervenções havidas.

Sr. Deputado Danilson Cotú, na senda da proposta de solução que apresentou, eu gostaria também de acrescentar duas ou três questões.

Primeiro, é a questão de pontos de riscos, navios. Falou-se de navios mercantes e paquetes. Navios militares também é um outro ponto de risco. Como é que vamos lidar com essa situação? Temos a questão de quarentena. Se for este conceito, acho que não há qualquer risco em Madre de Deus, na questão de isolamento como tal. Já se está a prever uma zona onde não haja muita população, se calhar mesmo reduzida de população completa, por exemplo a Pousada Boa Vista. Não quero entrar em questões técnicas, mas acho que a Pousada Boa Vista seria um dos locais.

A questão de higiene, ainda hoje ouvimos um comunicado do Comando Geral da Polícia Nacional, e acho que a Direcção dos Cuidados de Saúde, neste caso Saúde Pública, deveria aproveitar para passar a mensagem e dismantelar alguns locais onde se procede a venda e consumo de produtos já confeccionados, porque sabemos que estes locais são impróprios, porque não têm mínimas condições, nem água para lavar as mãos, muito menos para os pratos. Estão identificados, a própria Polícia identificou vários locais, onde há essa prática, e julgo que havendo um trabalho conjunto com a saúde pública, será menos conflituoso e mais dissuasor para as populações que aí frequentam.

Portanto, são essas questões que eu gostaria de acrescentar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD):— Sr. Ministro, saudações a todos.

Tendo em conta todas as medidas que temos estado a tomar e o Governo, em boa hora, está a agir, todos nós devemos contribuirmos. O Governo, nos próximos tempos, devia arranjar um dia, em que a gente

fecharia a Administração Pública, quer local quer distrital, tudo, para fazermos limpeza geral, porque a higiene também contribui para repelirmos este problema.

É este bocado.

Obrigado!

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — É sobre a questão que foi levantada cá, porque temos vários órgãos de informação, a RFI inclusive. Tenho aqui uma notícia que diz «cidadãos de alguns países, entre os quais a China, a Correia do Sul», dita pelo Ministro de Saúde, Edgar Neves, com membros do corpo diplomático acreditado no Arquipélago. Portanto, como vê, a notícia está completamente divulgada. E agora, como anular essas notícias?

Obrigado, era só isso.

O Sr. **Presidente**: — Não há mais inscrito e assim passo a palavra ao Sr. Ministro de Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares** (Wando Castro): — Sr. Presidente, Srs. Vice-Presidentes, Srs. Deputados, Srs. Ministros, Srs. Directores, bom dia.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de prestar um esclarecimento sobre a questão levantada pelo Deputado Arlindo Ramos.

No dia 14 de Fevereiro, na sessão plenária, disse exatamente isto que vou dizer agora. O Governo tem acompanhado o regulamento sanitário internacional. Estava a tomar as medidas de controlo nas portas de entrada e a trabalhar sob um plano de contingência. Eram as medidas que se impunham na altura, em coordenação com as directrizes da OMS. Portanto, estamos a falar de quase 20 dias atrás. Hoje a situação é outra. O que o Sr. Ministro da Saúde veio dizer vai no seguimento daquilo que vem expresso no plano contingente. Não há motivos que não se justifiquem a prestação dessas informações agora. Tanto é que esse processo é tão dinâmico que estamos a falar agora em prevenção e contenção. Se acontecer um caso de coronavírus aqui, as medidas terão depois que ser readaptadas e adequadas à situação. É um processo dinâmico e uma situação não impede a outra.

Aproveito para falar sobre esta polémica das declarações do Sr. Ministro da Saúde, para dizer ao Sr. Deputado Boa Morte que não é grave o Conselho de Ministros desautorizar um ministro. O Conselho de Ministros é a instância máxima do Governo. O grave seria um ministro desautorizar o Conselho de Ministros, mas não é o caso. O Sr. Ministro, quando prestou declarações, era uma proposta, se calhar dele, mas frisou que o assunto ia ser levado ao Conselho de Ministros, para decisão final. Infelizmente, muitos órgãos não transcreveram esta parte. A decisão foi tomada analisando todos os prós e contras, para atender à nossa situação de ilha. Por isso, não fazia sentido fechar as fronteiras para a Itália e não para Portugal. Da maneira que o mundo está hoje globalizado, vem dar no mesmo.

Os cidadãos podem sair da Itália e entrar em Portugal, por carro ou por aeroporto, não carimbam o passaporte, depois vêm para São Tomé, oriundos de Portugal, mas o destino originário era Itália. Analisou-se estas considerações e decidiu-se pelas medidas que foram anunciadas. Em primeiro lugar, proibir as viagens dos funcionários públicos para os países considerados de alto risco. Portanto, a OMS vai actualizando a lista semanalmente, sabemos quais são os países de alto risco. Ao nível da Administração Central estão suspensas essas viagens. Quando a resolução for publicada, entre hoje e amanhã, faremos chegar uma cópia aos órgãos de soberania, para que entrem connosco nessa lógica e tentarmos conter aqui.

De resto, sabemos que há direitos fundamentais dos cidadãos que só podem ser suspensos em casos excepcionais, quando é declarado o estado de sítio ou estado de emergência. Por isso é que desaconselhamos, veementemente, as pessoas de irem a esses países, os cidadãos nacionais ou estrangeiros residentes, mas alertamos que quem for por sua conta e risco, ao regressar, estará sujeito às medidas restritivas, que podem passar por quarentena ou isolamento.

Era só esse pequeno esclarecimento, naturalmente as questões técnicas o Sr. Ministro da Saúde fará a devida menção.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares.

Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro Couto.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria de agradecer a disponibilidade do Governo de ter vindo aqui, e também para saudar todos os esforços que o Ministério da Saúde está a fazer para poder conter e elevar barreiras para impedir a entrada e disseminação do vírus no País. E também para exprimir uma opinião que não é nova, estou a ser repetitivo, para que se dê muita atenção à comunicação para a população, através da rádio, da televisão e dos desdobráveis, a que o Ministro já se referiu.

Há um elemento de importância considerável, a que se referiu o Deputado Arlindo Ramos, que tem a ver com a entrada de embarcações mercantes nos nossos portos e particularmente no Príncipe. Uma atenção privilegiada deve ser dada a estes aspectos, focalizando-se no nosso aeroporto, que pode ser também um dos pontos de entrada do vírus no País. Era apenas essa consideração que queria fazer.

Sr. Presidente, muito obrigado por me ter dado a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Amaro Couto.  
Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, é rápido.

Peço desculpa ao Sr. Ministro, se disse alguma coisa contrária àquilo que havia dito. Na altura, acreditei naquilo que o Sr. Ministro disse e as medidas foram reforçadas. Levantei o problema, o Sr. Ministro disse que o Governo estava a tomar medidas, e acreditei que sim. Na prática, as medidas foram reforçadas. Isto quer dizer que o Governo estava mesmo a tomar as medidas. Hoje, o Sr. Ministro só veio confirmar o plano de contingência e o regulamento sanitário. Até agradeci a sua explicação na altura. Não disse nada ao contrário, o que achei estranho é esta sessão de hoje com o Sr. Ministro, porque já nos tinha dado garantias de que o Governo estava a trabalhar, no sentido de tomar todas as medidas necessárias, para impedir a entrada de pessoas com contágio do coronavírus.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado Arlindo Ramos.  
Tem a palavra o Sr. Ministro da Saúde ou a quem este indicar.

O Sr. **Ministro da Saúde**: — Sr. Presidente, indico a Sra. Directora dos Cuidados de Saúde.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Directora dos Cuidados de Saúde.

A Sra. **Directora dos Cuidados de Saúde** (Feliciana Sousa Pontes): — Obrigada, Sr. Presidente. Srs. Deputados, bom dia.

Primeiramente, vamos explicar o que é isolamento e quarentena, se calhar faz alguma confusão. Temos que partir da definição de casos. Se partirmos de uma doença, o coronavírus é uma gripe que tem um período de incubação de zero (0) a 14 dias, como já se disse, que tem alguns sintomas, entre eles, a tosse, febre, mal-estar. Convencionou-se chamar Covid-19, porque apareceu no ano 2019 e com algumas características diferentes do que é a gripe comum. A gripe comum não dá patologias baixas, que chamamos pneumonia. Esta gripe dá pneumonia, pode levar a insuficiência renal e ao óbito. É esta a situação da Covid-19, a sua emergência.

Dizemos que um doente é suspeito, quando ele tem alguns destes sintomas que eu citei. Se esse doente eventualmente chegar em São Tomé e Príncipe, ele vai ao lugar que chamamos de isolamento. No isolamento, ele ainda não é doente. Ele fica no lugar de isolamento, para posteriormente ser confirmado, através do laboratório, se tem ou não este vírus.

Estar de quarentena significa uma pessoa sadia que terá passado de uma zona ou de um país que tenha esta doença. Por isso, tem que ficar de quarentena, porque de 0 a 14 dias, poderá desenvolver ou não os sintomas da doença. Não sei se me fiz entender.

*Murmúrios.*

Quarentena não é para pessoas doentes. É para uma pessoa sadia que tenha passado de uma zona contaminada ou estado em contacto com alguém doente. Ele fica em quarentena, porque é um potencial a desenvolver a doença. Ele não é doente.

Quando se falou da selecção do Posto Sanitário de Madre Deus, em princípio esse posto não era para quarentena, era mesmo para isolamento, o que seria pior. Quando fizemos a visita ao terreno, a equipa achou que não dava para isolamento, mas sim quarentena.

O espaço que criamos para isolamento é onde ficava os doentes de Cólera, ali no Hospital, atrás da casa mortuária. É um lugar com cercado, neste momento está sendo apetrechado. À tardinha, vamos visitar este local.

Isolamento é para pessoas que tenham sintomas de coronavírus ou outra doença e será despistada com os testes laboratoriais.

Para quarentena não está nada definido. Estamos a trabalhar. Estamos a pensar que poderia ser noutra local, mas o Posto de Madre Deus reúne condições. O Posto está cercado. Depois de um metro, o vírus não se transmite. Portanto, o vírus é transmitido na circunstância em que estamos. As pessoas podem fazer quarentena no Posto, porque tem vários espaços, em cima e baixo, há vários cubículos, onde se pode colocar pacientes e ficarem aí perfeitamente. A questão é que temos que conversar e explicar as pessoas o porquê de fazer isso. Isto não é morte nenhuma. Ali não vai ninguém doente para afectar a comunidade. Não é nada disto. É uma questão apenas de prevenção. Pode ser que eu não esteja a ser suficientemente clara, que vocês não estejam suficientemente esclarecidos, porque essas terminologias são muito

complicadas. Mesmo para nós que somos médicos, tínhamos que ler e reler, para tentarmos perceber e separar as águas.

O objectivo de quarentena é apenas a prevenção.

A questão de laboratório levantada pelo Deputado Abnildo, é verdade que nós não temos testes laboratoriais, é verdade que os nossos laboratórios não estão preparados ainda para despiste do coronavírus, mas temos dois laboratórios orientados pela OMS, que seriam os laboratórios em Senegal e na África do Sul. O tempo de demora são de 7 dias, se houver algum suspeito ficará lá internado até a vinda do resultado.

Em relação aos navios, segundo informações que tenho da Directora de Vigilância, a equipa vai para todos os navios que vierem, fazem o controlo do pessoal, vão lá apenas medir a temperatura e saber a proveniência dos tripulantes e dos passageiros.

**Uma voz:** — Vão protegidos?

A Sra. **Directora dos Cuidados de Saúde:**— Vão protegidos sim.

O Sr. Deputado Abnildo levantou a questão dos materiais e meios de protecção individual. Estes materiais virão. Estamos a falar de luvas, de zaragatoas, para colheita de amostras, de máscaras e de álcool gel para o pessoal que vai trabalhar sobretudo na vigilância.

São estas informações que posso avançar, por enquanto. Se calhar, o Sr. Ministro terá outras.

Obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. **Ministro da Saúde:** — Obrigado, Sr. Presidente.

O tempo é relativamente curto, mas eu conseguirei seguramente responder às preocupações, sempre bem-vindas, expostas pelos Srs. Deputados.

Neste momento, trato sempre de concentrar-me e compilar, porque há várias preocupações ditas por diferentes Deputados, mas que são as mesmas, o que só nos obriga a fazer a síntese e pegar no grau de importância do assunto. Houve 10 intervenções, dos Srs. Deputados Abnildo, Idalécio, Arlindo, José António Miguel, Domingos Boa Morte, Celmira, Danilson, Danilo Amaro Couto e do Sr. Presidente, todas bem-vindas.

A Sra. Directora tratou de espelhar os conceitos, seria um contrassenso estar a levar uma situação de doença para o meio da população, quer dizer, é completamente descabido, e esse teve uma primeira etapa, tanto é que a quarentena até pode ser domiciliária. O isolamento sim, já exige, é outra etapa, mas os materiais já foram ditos, incluindo os fatos, comprados com o esforço do Orçamento do Estado.

Outras questões já foram resolvidas, o plano de contingência, a peregrinação, é a história de que a pessoa é presa por ter cão e por não o ter. Por isso é que nós preferimos ouvir primeiramente a igreja e os organizadores da peregrinação, antes de partir para uma posição mais dura, porque outras vezes iriam cair sobre nós, porque não fizemos isso e aquilo, mas as medidas nós sabemos que não podem nunca agradar a toda a gente. Mas vamos ouvir sempre, o diálogo é sempre uma arma extremamente importante. A conversa que eu tive com o padre João Ceita foi espetacular, ele próprio, de manhã, antes do encontro comigo, fez contactos com o Eng.º Cristóvão Neto e falou com outras entidades. Vai ser veículo de passagem de mensagens, nas suas homilias, e as igrejas, as confissões religiosas dão um papel muito importante neste processo, assim como as câmaras distritais. Portanto, fica o princípio de melhoria da comunicação com a população, reforço da vigilância.

A questão particular do Príncipe tem que ser realmente atacada mais de perto, e para isso iremos lá nos próximos dias.

A suspensão ou não da entrada dos voos é uma questão que sozinho não posso decidir. Posso ter a minha opinião pessoal, mas ouvirei a quem de direito, antes de propor ao próprio Governo Regional.

O posto, período de recolha, desembolso que o Sr. Deputado enalteceu, é obrigação do Governo, não está a fazer favores a ninguém e temos mesmo que o fazer.

O Sr. Presidente já em tempos me tinha telefonado e eu agarrei também a esta ideia e vão sentir alguma pressão quanto à questão da higiene do meio ambiente, o saneamento do meio. Há males que vêm por bem, por vezes uma desgraça obriga-nos a estar atentos e a tomar outras medidas, e é nesse sentido, Sr. Presidente, que me tinha telefonado a dizer que vamos aproveitar este momento e fazer uma limpeza geral, porque há outras potenciais doenças aqui à volta, e de facto quem passa pelos pontos de venda de alimentos olha coisas catastróficas. E é uma altura para as medidas de maior peso serem tomadas.

Quanto à comunicação social e à coordenação, não é bem assim, eu é que coordeno o processo todo, eu é que assumo responsabilidades de tudo, e não posso nunca, enquanto Ministro da Saúde, convocar o Corpo Diplomático. Quem convoca o Corpo Diplomático é o Ministério dos Negócios Estrangeiros, e o que foi dito durante a reunião ou encontro com os diplomatas foi que o fecho de fronteiras é uma hipótese, pode-se vir a fazer ou não. A Sra. Representante da OMS disse que não. Segundo as recomendações do Conselho da OMS, isso depende de nós. E eu já lhe tinha dito antes da reunião, o País é soberano, se tiver que tomar, toma. Temos o exemplo de Angola. É um despacho Ministerial.

Na comunicação social, se calhar eu não fui suficientemente claro, mas disse, e nessas coisas eu já tenho alguns cabelos brancos e sou cauteloso nas minhas palavras, que havia um conjunto de medidas para determinar os países, e haverá um Conselho de Ministros onde o assunto vai ser colocado. De

maneira nenhuma, eu já tenho alguma experiência nisto, ia colocar a caraça diante dos bois. Então foi nesse sentido, mas eu gostaria que ouvissem atentamente a minha comunicação. Há um pormenor aqui, que é o de que a questão vai ser levada, mas isto não me desvia dos objetivos centrais.

Gostaria de dizer ao Sr. Deputados Domingos Boa Morte que eu não sou homem para ser desautorizado. Nunca fui e se for desautorizado eu sei que medidas tomar. Costumo dizer que eu, quando assumo as funções, ponho uma carta ao lado, que é carta de pedido de demissão. É só pôr a data e assinar. Então, eu fico por aqui.

Quero muito sinceramente dizer que é bom e viremos à Assembleia todas as vezes que formos solicitados e também tomaremos a iniciativa de vir à Assembleia e aos outros órgãos de soberania, aliás, mesmo em matéria de paludismo, onde os Deputados da Assembleia sempre se posicionaram totalmente solidários, para fazer face aos problemas que temos e que nos são comuns a todos.

Portanto, é esta a mensagem. Sr. Presidente, houve contribuições bastantes boas e alertas. Nada melhor do que a humildade para ouvir, entender, gravar bem, e vamos continuar. O cenário pode mudar de um momento para outro e nós estaremos daqui para frente totalmente disponíveis para manter o poder, de uma forma geral, a sociedade civil, os partidos políticos, através dos Deputados, informados das eventuais medidas que podem ser tomadas.

Muito Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Ministro.

Portanto, já estamos no fim, já esgotamos 30 minutos da outra sessão, mas podemos ouvir mais uma ou duas intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Muito Obrigado, Sr. Presidente.

É só para concluir a minha intervenção e perguntar ao Sr. Ministro, portanto eu ouvi também na sua comunicação que alguns passageiros ou algumas pessoas vindas de determinados países, se há algumas, como posso formular essa pergunta, há alguma pessoa ou algum passageiro vindo de algum país que está em quarentena na sua residência. Isto é que eu pretendia saber, se há.

Outra questão é sobre aquilo que o Sr. Deputado Amaro Couto disse, portanto, nós evitarmos, em termos de comunicação, para não pôr a população em pânico, mas eu notei uma coisa: estava num determinado local, vi um responsável a circular, na sua viatura, com máscara...

**Uma voz**: — Eu também vi.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — ...e as pessoas perguntaram: «chê, esse vírus da China já chegou em São Tomé?» São sinais que muitas vezes convém evitarmos, porque as pessoas estão a observar. Eu chamo atenção, porque o nosso modo de ser e de comportar, muitas vezes, pode prejudicar a forma de ser e de comportar da maioria das pessoas.

Obrigado.

**Uma voz**: — Sr. Presidente...

O Sr. **Presidente**: — Muito Obrigado, Sr. Deputado Arlindo Ramos.

Tem a palavra Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, é só para dizer que de facto, quando nós falamos de comunicação, para qualquer assunto, comunicação é extremamente importante, mas quando se trata da questão de saúde ainda é mais importante, por causa do pânico. Reparem, nós estávamos a falar da questão de Madre Deus. Vamos imaginar se de facto se identificou Madre de Deus como um local para quarentena, as pessoas podem perguntar, quem está em quarentena são pessoas que passaram por algum lugar ou vieram de um país que eventualmente contataram alguém que está doente ou é alguém que provavelmente está doente? Aí que nós estamos a frisar sobretudo na questão de informação. É preciso de facto passar informações às pessoas, esclarecer a população, para evitar a questão de pânico. Este é um aspeto.

Outro aspeto, rapidamente também, nós já dissemos aqui que há várias pessoas de facto com algum receio, normal, porque se vier a desenvolver algum caso em São Tomé, onde é que se prevê colocar essa pessoa que tiver infetada?

Muito Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito Obrigado, Sr. Deputado José António Miguel.

Tem a palavra Sr. Deputado Amaro Couto.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Mais uma vez, obrigado Sr. Presidente.

Eu vou repetir o pensamento que o meu colega de lado, o deputado Américo Pinto, já tinha deixado expresso num outro contexto, para dizer que sim, retomando um pouco o pensamento do Deputado José

António, neste assunto de comunicação, de informação, para se introduzir uma boa dose de pedagogia efetivamente, afastar os alarmismos, os pánicos, mas temos tabus a quebrar. É para isso que o Deputado Américo já tinha chamado atenção, temos que efetivamente alinhar-nos nas recomendações fundamentais: não apertar as mãos, guardar distância, evitar os beijos, lavar as mãos, que são coisas simples, mas essenciais e fundamentais. Isso tem que passar bem na população. Não sei como se vai estudar isso, mas é um trabalho técnico que tem que ser feito.

Obrigado Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito Obrigado, Sr. Deputado Amaro Couto.

Estamos no fim, portanto, seguindo a deixa do apelo feito pelo Sr. Deputado, junto outro apelo também, evitar que as pessoas façam aproveitamentos políticos da pior forma com este caso, o que pode induzir a população em erro. A população de Madre Deus, estou a falar de forma concreta, não estando bem informada sobre o uso que se vai fazer daquele posto, como um estabelecimento de quarentena, e se as pessoas com responsabilidade passarem mensagens negativas, isto pode ser um caos, e com a saúde não podemos brincar. Portanto, ninguém sabe quem será o primeiro. Podemos estar aqui a pensar numa estratégia de fazer política, e ser um de nós o primeiro a lá ir. Ninguém sabe. Por isso, não se pode brincar com a saúde e induzir a população em erro.

Vamos concluir esta primeira fase.

Agradeço ao Sr. Ministro da Saúde e a sua equipa, e dizer que também estamos disponíveis, a qualquer momento que seja necessário a nossa contribuição e participação, não hesitem em bater a porta. Aliás, a Casa é do povo, todos têm a chave da porta.

O Sr. **Ministro da Saúde**: — O Sr. Deputado Arlindo Ramos é um bom conselheiro e uma pessoa atenta, levantou a pergunta.

Há uma cidadã italiana que tinha entrado há 15 dias e tivemos a informação de que está a fazer quarentena domiciliar, e monitorizada por nós.

Também entraram três chineses, não vindo da China, e estão a ser devidamente monitorizados, para além dos chineses terem uma equipa própria de auto controlo, extremamente rigorosa.

Há uma pergunta que a Sra. Deputada havia levantado sobre qual é a situação na China, neste momento. A China começa a entrar numa fase de melhor controlo do que o resto, ou seja, dizia alguém brincalhão que haverá de chegar um momento em que vamos todos querer ir para a China. Já têm a situação muito mais controlada e o maior perigo começa paulatinamente a deixar de ser a China, está a transferir-se para a Europa e outras partes do mundo.

Sr. Presidente, agradeço imenso, em nome da minha equipa, pelos conselhos, as recomendações, as críticas, e vamos tentar fazer o melhor.

O Sr. Sr. **Presidente**: — Obrigado.

Declaro encerrada esta reunião.

*Eram 12 horas 10 minutos.*